

(OK)
(Φ)

Aconteceu

REPRESSÃO NA PASSEATA NEGRA

(Pág. 8)

Fotos de Almir Velga e Frederico Rozário



A PM vigia a passeata, enquanto um manifestante descansa. No cartaz, a referência aos cem anos da Abolição

CONSTITUINTE UNIFICA SAÚDE E PROÍBE COMÉRCIO DE SANGUE

(Pág. 5)

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Assinatura Anual: CZ\$ 400,00
 US\$ 60,00 (América Latina);
 US\$ 85,00 (América do Norte);
 US\$ 100,00 (Europa, Ásia e
 África).

Envie junto com seu pedido um
 cheque nominal ou vale postal para
 CEDI-RJ

No. 455 abril de 1988

**CEDI Centro Ecumênico
 de Documentação
 e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
 Telefone: 205-5197
 22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
 Telefone: 825-5544
 01236 - São Paulo - SP

Editor

Xico Teixeira

Editora assistente

Ligia Dutra

Composição

Katia Simões

Produção Gráfica:

José Truda Jr.

Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa

Assine o Boletim Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais
 notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual CZ\$ 400,00

América Latina US\$ 60,00

América do Norte US\$ 85

Europa África e Ásia US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Cep. _____ Est. _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
 CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - RJ

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
 Ary da Costa Pinto
 Carlos Alberto Correia
 da Cunha
 Carlos Alberto Ricardo
 Heloisa de Souza Martins
 Henrique Pereira Júnior

Marcus Vinícius Grod
 Borges
 Neide Esterici
 Sérgio Alli
 Vera Maria Masagão
 Ribeiro
 Xico Teixeira

Coordenador - Jether Pereira
 Ramalho

Portaria da Funai restringe os direitos dos índios

De agora em diante os índios no Brasil estão proibidos, entre outras coisas, de dominar a língua portuguesa, sob o risco de não mais serem considerados índios e perder em alguns desses direitos fundamentais - como o direito à terra, por exemplo. Esse é o resultado da portaria assinada pelo presidente da Funai, Romero Jucá Filho, no dia 4 deste mês, que atropela a Constituinte e regulamenta decreto do presidente Sarney que criou distinção entre as terras indígenas habitadas por "silvícolas não aculturados" e por "silvícolas aculturados ou em adiantado processo de aculturação". Estes últimos, que a portaria transforma em

esmagadora maioria terão seus territórios drasticamente reduzidos.

"Às vésperas do centenário da Abolição da escravidão, o governo decreta a escravidão indígena e coloca definitivamente a canga nos nossos pescoços", protestou o coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak. Na avaliação de antropólogos e líderes indígenas, só serão considerados "silvícolas não aculturados", a partir de agora, os índios não contactados ainda pela Funai, que são, aliás, alvo constante das frentes de atração da própria Funai.

Índios da Uni-norte repudiam criação das colônias indígenas

A criação da "Colônia Indígena" foi diminuir as terras dos índios é também para facilitar a exploração das riquezas ali existentes e que pela lei 6.001/73 pertencem só as comunidades indígenas. Esta é a posição assumida pela União das Nações Indígenas (UNI-Norte) em documento em que expressam suas preocupações a respeito do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e as Comunidades dos Índios, tanto aos seus coordenadores brasileiros como aos representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os coordenadores da UNI-Norte (que representam milhares de índios na região Norte do País) pedem como primeira medida de proteção a demarcação e retirada de todos os ocupantes não índios das áreas indígenas do Acre e do Sul da Amazonia. "Não aceitamos os colonos porque isso vai abrir nossas terras para exploração de madeiras e minérios. Se não houvesse esse interesse não haveria também a necessidade de um decreto mudando as nossas áreas indígenas para colônias e dividindo os nossos povos em dois tipos de índios. Achamos isso uma grande perseguição com as nossas comunidades".

- Não aceitamos de maneira alguma que as nossas terras sejam demarcadas como "Colônias Indígenas"

porque não concordamos com o Decreto 94946/87, que dividiu os povos indígenas brasileiros entre "índios aculturados" e "índios não aculturados", colocando uns em colônias e outros em áreas indígenas. Se nos falamos nossa própria língua e fazemos as nossas festas dentro da nossa tradição, como e então que podemos ser chamados de "índios aculturados" e vivermos, por isso mesmo, dentro de colônias. Quais são as regras que o governo usa para dizer que uma comunidade é aculturada? - aponta o documento.

O documento, que foi assinado por quatro representantes das 23 áreas indígenas do Estado do Acre e as 37 do Estado do Amazonas, sugere que os recursos destinados a área sejam usados para a assistência a saúde, educação, além de contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades carentes. "Que não sejam usados (os recursos) para demarcação de Colônias Indígenas. Se o BID aceitar essas colônias será denunciado no mundo todo."

Entre os que assinaram o documento estão José Severino da Silva Manchineri e Manoel Roque de Souza (coordenadores da UNI-Norte), além das lideranças José Osaias Salles Sia (Kaxinawá) e Leôncio Miguel de Lima (Apurinã).

Ensino gratuito divide a Constituinte

As grandes divergências sobre educação, cultura e desporto (art. 240 “direito de cada um e dever do Estado”) estão nos incisos IV e VII, garantindo a gratuidade do ensino público e bolsa de estudo para a iniciativa privada. O Centrão não aceita ensino gratuito aos estudantes de nível superior, por acreditar que isso discrimina os carentes privilegiando os mais abastados. O mesmo aconteceria, entende esse grupo, com a concessão de bolsas de estudo, cujos critérios também vem privilegiando os mais ricos em de-

trimento dos mais pobres. O deputado Otávio Elisio (PMDB-MG) está a frente dessas negociações com o Centrão e, após cinco reuniões, ainda não chegou a um acordo. A destinação de recursos públicos somente as escolas públicas foi resolvida numa etapa anterior, ao abrir exceções (religiosas), comunitárias e filantrópicas. Nesse ponto, o poderoso lobby das universidades católicas foi decisivo. (O Estado de São Paulo-15/05/88)

Estudantes reagem a proposta do Centrão

Alunos de sete escolas estaduais da Zona Oeste da Capital realizaram dia 9 uma manifestação contra a emenda do Centrão no capítulo sobre Educação na Constituinte, que propõe a transferência de verbas públicas para as escolas particulares que, em troca, forneceriam bolsas de estudos aos alunos carentes. Organizado pelo Movimento Pró-Educação das Escolas Públicas, o protesto reuniu cerca de 90 estudantes, além de mães e professores, em frente ao prédio da Secretaria Estadual da Educação, na praça da República.

“Os governantes querem o povo cada vez mais ignorante. A escola não prepara a gente para a vida. Vamos lutar para ter este direito de volta”, disse Ioná Paulo, aluna da terceira Colegial da Escola Giacomo Stavallo, na Freguesia do Ó. “Queremos que o governador Quéricia, como homem público que é, assumira uma posição em

defesa das nossas escolas. O texto do Centrão, propondo verbas para as particulares, é um tiro de misericórdia na escola pública”, afirmou Elisa Toneto de Carvalho, uma das organizadoras do Movimento Pró-Educação.

Enquanto cantavam: “Voçes pensam que estudante é bobo/ estudante não é bobo não/ estudante também paga imposto/ e exige pela educação”, mães e alunos passavam um abaixo-assinado que será enviado aos deputados, até o final da semana. A população exige respeito que os senhores parlamentares lembrem-se que estão aí pelo nosso voto e para trabalhar em benefício do povo”, afirmam pais e alunos no abaixo-assinado. Além disso, eles estão organizando uma caravana para acompanhar a votação, em Brasília. (O Estado de São Paulo-10/05/88)

Agenciador leva 34% das verbas do MEC

O diretor de um escritório de intermediação de verbas admitiu a CPI da Corrupção que recebeu 34% dos Cz\$ 52 milhões obtidos do Ministério da Educação em 1986 para diversas prefeituras. José Luis Escanhoela, diretor da Coimpro (Consultoria Intermediação e Projetos Ltda), disse que começou sua atuação ao redor da capital paulista, mas que hoje atende a prefeitos de todo o estado.

Ele se esforçou ao máximo para demonstrar que não fazia intermediação de verbas, mas as pressões dos integrantes da CPI o fizeram re-

velar muitas irregularidades.

No fim do seu depoimento, o diretor da Coimpro informou que seu escritório solicitou Cz\$ 207 milhões em verbas em 1986, mas só conseguiu captar Cz\$ 52 milhões. Desses, a Coimpro ficou com Cz\$ 18 milhões, ou seja, 34%. Ele admitiu também que, desde que a Polícia Federal e a CPI da Corrupção começaram a investigar a intermediação de verbas, os prefeitos tem receado envolver-se com esses escritórios. (JB-10/05/88)

Acordo garante eleição municipal este ano

Um acordo entre lideranças garantiu a aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados, semana passada, a lei de regulamentação das eleições municipais, terminando assim com a novela da sucessão dos atuais prefeitos. O acordo foi comemorado pelos dissidentes do PMDB e PFL, pois permitiria a participação de novos partidos que tenham representantes de cinco estados no Congresso e nove comissões provisórias regionais.

O relator do projeto, deputado Cid Carvalho (PMDB-BA) anunciou a redução de seis para quatro meses no prazo de filiação partidária e transferência da decisão sobre o domicílio eleitoral (exigência que obriga o candidato a morar no município onde concorre) para o Tribunal Superior Eleitoral. A propaganda eleitoral gratuita será acessível a todos os partidos.

Constituinte proíbe a venda de sangue

“Salve o sangue brasileiro”

O slogan de Henfil ganhou as galerias do plenário da Constituinte e foi o maior grito de comemoração dos 70 médicos e sanitários que aplaudiram a decisão de proibir a comercialização de sangue no País.

Por 313 votos a favor e 127 contra os constituintes aprovaram o dispositivo que vai disciplinar as condições para o coleta, processamento e transfusão de sangue. “o que possibilitará ao Estado um controle severo sobre o sangue e seus derivados, impedindo

a proliferação de doenças”, de acordo com defesa feita pelo relator Bernardo Cabral.

Hoje, a comercialização já é proibida, mas a fiscalização não consegue fazer cumprir a lei. Pelo que foi aprovado para constar na futura Constituição, será elaborada lei “que deverá dispor sobre as condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplantes, pesquisa e tratamento, bem como a coleta e transfusão de sangue e seus derivados, vedado todo o tipo de comercialização.”

Sistema único de saúde é aprovado

A constituinte decidiu ainda na semana passada que o Estado terá o dever de controlar um sistema único de saúde pública, e que será livre para a iniciativa privada a prestação de assistência médica. As instituições privadas poderão participar de forma complementar ao sistema único de saúde, mas apenas mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

A nova Constituição proibira a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos. Nem mesmo as verbas votadas por

solicitação de parlamentares poderão ser distribuídas a hospitais particulares, porque eles só receberão pagamentos do setor público se estiverem prestando serviço ao sistema único de saúde.

Será proibida a participação direta ou indireta de empresa de capital estrangeiro na assistência a saúde no país. Entretanto, uma lei vai dispor em que condições isso poderá ocorrer. Segundo a interpretação de alguns constituintes, empresas que já atuam no país, como a Golden Cross, deverão ter permissão para continuar operando.

Líderes repudiam texto da Reforma Agrária

Entidades e lideranças de trabalhadores rurais demonstraram total repúdio e descontentamento ao texto aprovado pelo plenário da Constituinte no capítulo da Reforma Agrária. Além, disso, protestam contra a discriminação sofrida pelos trabalhadores rurais que foram a Brasília e não puderam assistir a votação das galerias que foram ocupadas, em sua maioria, pelos representantes do Centrao.

Além da Contag, que reafirmou seu propósito de divulgar o nome dos parlamentares que votaram contra o trabalho, outras entidades prepararam outras formas de luta reverter o quadro que se instalou após a votação. Eis algumas opiniões:

CPT-A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou em Goiânia (GO) cópias de um documento que encaminhará ao papa João Paulo II, como primeira reação contra o texto aprovado pelo Congresso para a reforma agrária. Na correspondência a entidade diz que "parlamentares surdos" aos apelos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do próprio papa "fizeram fracassar a esperança de reforma agrária pela lei no Brasil".

Movimento dos Sem Terra da Rio Grande do Sul - O integrante da Executiva do movimento, Marli Castro, disse que não está afastada a possibilidade de novas invasões no Estado porque, na sua opinião, a reforma agrária ficou inviabilizada com o projeto aprovado no Congresso constituinte.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - O presidente, Plínio Hentz, afirmou que houve "um retrocesso na reforma agrária, pois o Estatuto da Terra, no seu entender, é mais avançado que a proposta aprovada. Hentz também acha que poderão haver reações por parte dos sem-terra, "que tiveram sua expectativa frustrada".

Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - Para a entidade, a votação no Congresso constituinte referente à reforma agrária foi um retrocesso. "O que estava em discussão", afirmou o presidente da Fetape, José Rodrigues, "era o critério da função social da terra. Mas isso foi negado pelos constituintes, que defendem os latifundiários".

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso - O tesoureiro da entidade Walter Araújo Nascimento, 45, disse que a decisão de excluir o latifúndio produtivo da reforma agrária foi péssima. "Isto abriu margem para eles (os latifundiários) poderem dizer que estão produzindo".

Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná - O movimento considerou "uma vitória da casa grande contra a senzala" a aprovação do texto. Segundo o secretário do movimento, Carlos Massolo, 27, a exclusão de áreas produtivas "aumentará a violência no campo".

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná - presidente da entidade, Antenor Beni, 49, disse que o texto representa "um dos maiores retrocessos que a Constituinte já teve e elimina qualquer possibilidade de se fazer a reforma agrária".

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão - Para a entidade, o texto aprovado pelo Congresso Constituinte foi uma derrota para os trabalhadores. No dia 11, cerca de 50 lavradores da fazenda Cacique, em Santa Luzia (284 Km de São Luís) compareceram a entidade para solicitar apoio e orientação jurídica. (O Globo-14/05/88)

Protestos marcam sessão solene do Congresso

A sessão solene do Congresso Nacional realizada para comemorar o Centenário da Abolição foi marcada por protestos dos cerca de 30 membros do Movimento Negro Unificado e da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, que estavam nas galerias e pela presença do primeiro-secretário da embaixada da África do Sul, Johannes Spies. Ele foi convidado junto com todo o corpo diplomático das embaixadas com sede em Brasília a assistir a sessão.

Spies deixou o plenário na metade da solenidade, que durou cerca de quatro horas, logo após o discurso da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) que, sem ter conhecimento da presença do diplomata, enalteceu as figuras do líder negro Nelson Mandela e do ex-

presidente de Moçambique, Samora Machel.

Vaias

Johanes Spies não chegou a ouvir o discurso seguinte, do deputado Paulo Paim (PT-RS) que mandou "um recado" ao diplomata: "Leve ao seu povo e vá dizer ao seu governo que toda a nação brasileira é contra o apartheid. Viva Nelson Mandella".

Todos os oradores foram interrompidos com vaias e palavras de ordem dos manifestantes, contrários à programação oficial e defensores de 20 de Novembro como a data Nacional da Consciência Negra, que registra a morte de Zumbi. (FSP-13/05/88)

Passeata por diretas será dia 20

O Comitê Suprapartidário Pró-Diretas vai promover no próximo dia 20, às 17h, uma passeata da Candelária à Cinelândia, onde haverá um comício tudo sob o slogan "Chega, Sarney. Diretas 88". Segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Carlos Maurício Martins Rodrigues, o Comitê já informou ao secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, sobre a realização da manifestação, restando apenas comunicar a data.

No dia 12, foi realizada na sede da OAB uma reunião preparatória da passeata, com representantes de várias entidades sindicais, como Flupeme, CUT, Finep, além de partidos políticos, como o PT. Na ocasião, foi decidido que a data da manifestação, antes marcada para 3 de junho, deveria ser antecipada por

causa do avanço dos trabalhos da Assembléia Constituinte. Haveria o risco de o ato público, no Rio, acontecer depois da votação do artigo que trata da duração do mandato do presidente José Sarney.

O vice-presidente da Flupeme, Luis Otávio Ataíde, disse que a entidade "tem consciência de que a eleição direta por si só não representa uma solução, mas é a porta pela qual se inicia um processo de decisões". Segundo ele, "se a mudança do atual governo não ocorrer, não haverá nenhuma mudança substancial nos planos econômicos. A política econômica atual é voltada para o esmagamento do mercado interno e o favorecimento da criação de excedentes exportadores, com o objetivo de gerar recursos em dólares que permitam o pagamento da dívida externa. (JB-13/05/88)

Constituinte congela juro bancário

A Constituinte tabelou os juros em 12% reais ao ano. Promulgada a nova Constituição, os bancos terão de respeitar esse teto, sob pena de responderem por crime de usura. Em clima emocional, a Constituinte contrariou a expectativa dos formuladores do texto do sistema financeiro, os deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFI-RJ), aprovando por 314 votos a 112 e 34 abstenções emenda do deputado Fernando Gasparian que limitou os juros.

Antes de iniciar-se a votação, o deputado e ex-ministro da Fazenda Delfim Neto ainda pediu a palavra para afirmar que a apresentação da emenda só poderia ser classificada como "produto da capacidade de calcular de alguma pessoa". O plenário reagiu com vaias, sentidas por grande parte, quando o deputado

Brandão Monteiro (PDT-RJ) lembrou ao microfone que a Constituinte acabara "de tomar conhecimento que Delfim Neto fala". Foi a primeira vez que o ex-ministro se manifestou em plenário.

Os bancos saíram prejudicados com a aprovação do substitutivo do Centrão para o capítulo, quando não obteve contestação o parágrafo primeiro do artigo 225, que proíbe a negociação das autorizações fornecidas pelo Banco Central. Chamada oficialmente de "carta-patente", essa autorização é atualmente negociada entre os bancos por milhões de dólares, apesar de ser cedida pelo governo. O substitutivo do Centrão foi aprovado por 457 votos a favor, 12 contra e três abstenções. (JB-15/05/88)

Exército põe a tropa na rua pa

Golpe de estado? Renúncia do presidente Sarney? Intervenção militar no Rio de Janeiro? Depois do meio-dia do dia 11, estas dúvidas martelavam as cabeças de quem circulava pelo centro da cidade. E não foi à toa. Em defesa do Panteão onde estão os restos mortais de seu patrono, o Duque de Caxias, que segundo nota oficial do Comando Militar do Leste corria o risco de ser desrespeitado durante a Marcha dos Negros Contra a Farsa da Abolição, o Exército montou, com 600 soldados, o maior aparato repressivo visto na avenida Presidente Vargas desde o começo do regime civil, em 1985.

Nenhum dos organizadores da marcha sabia explicar de onde o Comando Militar do Leste tirou a informação de que os manifestantes pretendiam fazer alguma coisa contra Caxias. "As atas de nossa reunião para o organização da passeata mostram que o nome de Caxias jamais foi mencionado", disse Januário Garcia, presidente do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra e um dos líderes do movimento.

Mesmo assim, a mobilização militar conseguiu, com a ajuda do Batalhão de Choque da PM, impedir que cerca de 5 mil pessoas realizassem integralmente a "primeira marcha da raça negra da história do Brasil". O percurso original da passeata, marcada para começar na Candelária e terminar em frente ao monumento do Zumbi, na Praça 11, foi liberado pela manhã numa reunião entre as lideranças do movimento negro e o secretário de Polícia Civil Hélio Saboya. Atendendo a um pedido de segurança, os militantes concordaram em usar somente a faixa esquerda da avenida, para não parar totalmente o trânsito.

Mas desde cedo, por volta de 14 horas, os primeiros negros a chegar à Igreja da Candelária já encontraram o clima tenso que acompanharia toda a manifestação. Cento e três soldados do Batalhão de Choque da PM, entre eles 14 negros, armados de revólveres, cassetetes e escudos, cercaram a Praça Pio X, em frente à Igreja. A presença ostensiva da polícia acabou prejudicando a "pirâmide do sangue negro" - um programa de doação coletiva de sangue que precederia a marcha.



Levando uma imagem de Nossa Senhora Aparecida de 13 de maio

"Fala com o Lage"

Os policiais militares foram comandados pelo coronel Ribério, do quinto Batalhão da Polícia Militar. Perguntando se a marcha negra estava proibida, o coronel respondeu: "Não sei e se soubesse não diria. Não posso falar nada, com licença."

Enquanto a PM ocupava a Praça Pio X e a avenida Presidente Vargas, entre a Rio Branco e a Uruguaiana, forças policiais do Exército (Batalhão de Guarda, Polícia do Exército e Batalhão de Infantaria Motorizada da Vila Militar) ocuparam a Central do Brasil, onde foram feitas prisões. Naor Alves de Souza Barros e Fernando Antônio da Silva, ambos negros e ligados ao sindicato dos Ferroviários, foram detidos quando convocavam a categoria para uma assembléia-geral. Foram liberados horas depois.

Houve muitas negociações antes do início da marcha às 17h45min. O ator negro Milton Gonçalves tentou conversar com o coronel Ribério, que confessou ser seu fã. O coronel no en-

a reprimir passeata de negros

Foto de Almir Veiga



os manifestantes reclamam contra os festejos

tanto, disse que estava cumprindo ordens e que a marcha não passaria em frente ao Ministério do Exército. O ator tentou um contato telefônico com um amigo, influente, de quem só disse se chamar Lage. Minutos depois Gonçalves voltou a procurar o coronel Ribério e lhe comunicou: "O Lage vai se comunicar em cinco minutos com você". Percebendo que não conseguiria muita coisa ali, o ator tentou localizar o secretário de Polícia Hélio Saboya. Depois de um segundo telefonema, afirmou que Saboya se encontrava no Comando Militar do Leste.

Às 16h45min o secretário chegou à concentração da marcha, já na av. Pres. Vargas, esquina com av. Rio Branco. Anunciando que os militares estavam irredutíveis, o secretário convidou a liderança do movimento para conversar no hall do edifício Rio d(Ouro, ali perto, na avenida Pres. Vargas. Durante sete minutos, o secretário tentou convencer os líderes da marcha de que era impossível cumprir o trajeto, acertado com ele pela manhã. Saboya respirou aliviado quando o presidente do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, Januário Garcia, ponderou: "Nosso movimento é pacífico e vai até aonde a repressão deixar".

Carnaval

Precisamente às 17h45min, o caminhão de som, ornamentado com uma bandeira com um desenho de Zumbi dos Palmares deu início a primeira Marcha Negra Contra a Farsa da Abolição. - 1888 Valeu Zumbi/1986 Vamos Mudar.

Estavam lá: o comitê do movimento negro Duque de Caxias, Cidade de Deus, Jacarepaguá, Borel, Vila Kennedy, pasoral penal do menor, militantes negros de Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e simpatizantes de partidos políticos como o PT e o PDT. A cada pergunta do locutor, os manifestantes respondiam: "O negro". As perguntas eram: "Quem construiu a nação?", Quem construiu esta avenida? Quem construiu estes edifícios? Quem é explorado pela nova República? Para quem sobram as favelas, as prisões e os manicômios?

Os discursos eram intercalados por cânticos afros e músicas populares, como Alfabeto do Negão e Kizomba, samba-enredo da Vila Isabel. A todo instante os líderes pediam aos manifestantes que não aceitassem provocações, pois algumas pessoas mais indignadas propunham que se atravessasse a barreira policial. Já era noite, as luzes da Presidente Vargas foram apagadas e a polícia estava em toda parte, inclusive ocupando o Campo de Santana. O caminhão nem chegou à rua Tomé de Souza, onde estava o cinturão da PM e policiais do Exército. Até este ponto só chegaram os mais exaltados, logo controlados por Januário Garcia. "Zumbi recuou estrategicamente em Palmares, vamos recuar". Ali mesmo na Pres. Vargas, entre a av. Passos e a Tomé de Souza, os negros fizeram um ato público contra a farsa da abolição. Reclamaram da violência contra eles e denunciaram o governo do Estado, que prometeu dar fim a violência em seis meses.

Da avenida Presidente Vargas, a marcha seguiu por volta das 20h30min em direção à Cinelandia com todos cantando "Pra não dizer que não falei de flores" e atrás dos manifestantes foi a tropa da Polícia Militar. Ali, virou carnaval e o carro de som emitia o samba-enredo da Mangueira cantado por Jamelão, "100 anos de Abolição - Liberdade Realidade ou ilusão". (JB-12/05/88)

Salada

A surpreendente decisão da Constituinte de engessar a taxa de juros em 12% ao ano escancarou mais uma vez a total falta de coerência reinante em suas bancadas.

O Partido Liberal que disse ter vindo ao mundo para defender o liberalismo votou, em grande parte, pelo tabelamento.

Também não foi pequena a bancada ligada ao governo que votou na emenda Gasparian - os deputados Rubem Medina e Jorge Leite foram dois exemplos de chapas-brancas ajudando a enclausurar a taxa de juros.

FP18 Do outro lado, no bloco da esquerda, alguns deputados de prestígio - como Cesar Maia, José Serra e Artur da Távola - optaram por uma posição liberal na economia e votaram contra o tabelamento. (Informe JB-15/05/88)

Barrado

O horóscopo do senador José Richa não anda bom.

Além de ter UDR em seus calcanhares, foi barrado no time de futebol dos constituintes por não se apresentar para os treinos e parecer fora de forma nos jogos.

A punição imposta há 15 dias pelos "donos do time", deputados Maguito Vilela, Érico Pegoraro e Pedro Canedo, alcançou também o constituinte Paulo Delgado que, como Richa, também não comparece aos treinos e ainda por cima não tem chuteiras. (Painel-13/05/88)

Sinal de alerta

Um exame do ar respirado no plenário do Congresso constituinte, feito há duas semanas, revelou um dado preocupante: foram encontradas 25 partículas por milímetro quadrado, entre elas nicotina, benzopireno e acroleína, todas substâncias cancerígenas.

A Organização Mundial de Saúde condena como impróprio para o homem o meio ambiente com mais de quatro partículas por milímetro quadrado. (Painel-15/05/88)

Exemplo goiano

Na semana passada, a Assembléia Legislativa de Goiás extinguiu sua Carteira Previdenciária - semelhante à que existe na Assembléia paulista.

Ali, os deputados foram equiparados aos demais funcionários públicos. (Painel-13/05/88)

Sociologia

Na tentativa de defender o princípio da reforma agrária mesmo em terras produtivas, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) usou um argumento sociológico na tribuna constituinte.

"Somente os jusnaturalistas, que acham que a propriedade é um direito divino, defendem que a propriedade seja intocável, enquanto os homens podem ir para a cadeia ou o exílio". disse. (Painel-11/05/88)

Dedo na tomada

Do secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, tentando convencer alguns líderes da passeata da Abolição, realizada quarta-feira dia 11 no Centro do Rio, a não catucar a onça com vara curta promovendo uma manifestação contra o patrono do Exército, Duque de Caxias:

- Todo cuidado é pouco. Duque de Caxias está para o Exército assim como Zumbi dos Palmares está para vocês. (Painel-13/05/88)

"Poire" rompe

Até a turma do "poire" já admite: votada a nova Constituição, o PMDB, inclusive o de Ulysses Guimarães, afasta-se do governo Sarney.

Não será um rompimento definitivo, mas o suficiente para que o partido dê a volta por cima e retome o antigo discurso oposicionista, única forma de evitar o desastre total nas eleições municipais de novembro. (Painel FSP-13/05/88)

Café e água

A missão técnica do FMI começou a trabalhar no dia 12, no Banco Central, em alto estilo.

Durante toda a tarde só foram servidos a seus membros cafezinho e água mineral. Uma mordomia compatível com as finanças do país. (Painel-13/05/88)

O arcanjo

Com a posse do premier francês Michel Rocard, mais uma potência no mundo está sob as asas de São Miguel.

Como se sabe, Gorbachev é Miguel, como também é Miguel o candidato democrata Dukakis, o mais bem cotado pretendente a Casa Branca. (Informe JB-14/05/88)

Acontecendo

Ressuscitou

Do deputado Paulo Delgado (PT-MG), sobre a votação da Reforma Agrária:

“O Centrão submergiu na votação do subsolo e emergiu na votação da superfície.” (Painel-11/05/88)

Turismo oficial

Cerca de mil deputados estaduais vão participar, entre 26 e 28 de maio, em Natal (RN), de um congresso.

O pretexto é a discussão das futuras constituintes estaduais.

Em outros setores parlamentares, porém, desconfia-se que o encontro servirá apenas para turismo - pago como era de se esperar, pelo contribuinte. (Painel-11/05/88)

Pessimismo de Plínio

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) previu um cenário catastrófico com o resultadada votação deno dia 10 sobre reforma agrária.

“Vamos ter o que nunca tivemos; guerrilha no campo. E tupamaro, Sendero Luminoso. Foi um voto contra a estabilidade do processo político”, disse. (Painel-11/05/88)

Briga de família - 1

Quando a deputada Rita Camata (PMDB-ES) tentou denunciar no dia 10 a assinatura indevida de seu nome no destaque do Centrão, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), seu marido, segurou-a pelo braço e esbravejou:

“Sai disso, pára com essa palhaçada. Meu nome já foi colocado por equívoco em vários lugares?”

“Então fala onde, fala onde”, desafiou Rita. (Painel-11/05/88)

Briga de família - 2

O entrevero familiar prosseguiu com a torcida de alguns deputados da esquerda.

“Vai Rita, vai Rita”, gritavam.

“Vou ficar com os meus companheiros”, reagiu a deputada.

“Então casa com eles”, devolveu, irritado, o senador.

A deputada Cristina Tavares passou a mão pelos cabelos de Rita e tentou confortá-la: “Não manda ele repetir, que tem muita gente querendo.” (Painel-11/05/88)

Agilidade

Ao ouvir Jânio se queixar de dores nas pernas, no dia 10, durante solenidade no quarto Comar, Quércia sugeriu:

“Prefeito, o sr. precisa cuidar de sua forma física. Eu, por exemplo, corro 5 km por dia?”

“No palácio, governador?”, indagou Jânio.

“Não, no Ibirapuera. O sr. poderia fazer “cooper” comigo”, respondeu Quércia.

Arfando, Jânio apenas sorriu da sugestão. (Painel-11/05/88)

Herança amarga

Se a Companhia Brasileira de Trens Urbanos for transferida para o estado, como pretende o ministro dos Transportes, o governador Moreira Franco vai herdar 127 estações e paradas ferroviárias com deficiências crônicas, além de 700 quilômetros de linhas em más condições de conservação.

Sem contar uma folha de pagamento mensal da ordem de Cz\$ 1 bilhão, que remunera um quadro de pessoal com 11 mil empregados e quatro mil pensionistas vítimas de acidentes. (Informe JB-14/05/88)

Exemplo paulista

A Assembléia paulista criou comissão para elaborar porpostas a fim de corrigir as falhas da carteira de aposentadoria de seus deputados.

Na última terça-feira, aquela mesma Assembléia rejeitou projeto do deputado Roberto Gouveia (PT) que extinguiu aquele privilégio.

A carteira aposenta deputados com oito anos de mandato. (Painel-13/05/88)

Limpeza

Já há uma esperança para os ecologistas que defendem a despoluição da Baía da Guanabara.

Depois de investir alguns milhões de dólares, através de um convênio assinado com o governo do Rio de Janeiro, a Petrobrás vai inaugurar na primeira semana de junho a estação de tratamento da refinaria de Duque de Caxias.

Só essa obra reduzirá em 10% os índices de despejo de óleo e matéria orgânica na Baía, dando início a um programa que, de acordo com o secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Henrique Abreu Mendes, chegará a 30% até o final do governo Moreira Franco. (Informe JB-15/05/88)

Caminhoneiros paralisam avenida Brasil

Os caminhoneiros do transporte de carga também pararam no Rio e fizeram várias manifestações pela equiparação salarial aos motoristas de ônibus, 100 por cento por hora extra, reconhecimento dos delegados sindicais, além de dois anos de estabilidade no emprego. A greve atingiu principalmente o abastecimento do Mercado São Sebastião, na avenida Brasil, afetando parcialmente a distribuição de gêneros alimentícios.

O Sindicato das Empresas resiste a qualquer negociação e acusa os caminhoneiros de cachaceiros e baderneiros. A reação dos empresários foi maior após os tumultos ocorridos na avenida Brasil, onde cerca

de 20 caminhões foram apredrejados.

O Sindicato dos Motoristas Rodoviários divulgou nota lamentando os acontecimentos, mas afirmando que a categoria não poderia ser responsabilizada por atos isolados. O sindicato afirmou ainda que o movimento é coeso e atinge diretamente o abastecimento nos postos de supermercados do município, os serviços de transportes de fretes e cargas de modo geral e também o atendimento de entrega de eletrodomésticos aos comércio varejista e consumidores. A classe paralisou 90% destes serviços, segundo o sindicato. (Texto extraído do JB-18/05/88)

TFR pode manter a URP

O Presidente do Tribunal Federal de Recúrsos, Evandro Gueiros Leite, disse dia 11 que os Ministros do TFR ainda poderão mostrar-se favoráveis à manutenção das liminares que suspenderam o congelamento das URPs para os funcionários que entraram com ações na Justiça. Neste dia ele recebeu a visita de três funcionários públicos federais que estão tentando sensibilizar os parlamentares para colocar em votação e derrubar o Decreto Lei 2.425, que suspendeu a URP.

O Presidente do TFR esclareceu que a posição do Ministro Carlos Thibau que suspendeu uma liminar da Justiça federal de São Paulo, que garantia o pagamento da URP aos funcionários da CEF, não po-

de ser interpretada como uma decisão final do Tribunal. Segundo ele, quando a questão foi analisada pelo plenário, o Tribunal poderá mostrar-se favorável à manutenção do pagamento do reajuste aos trabalhadores.

Gueiros Leite, afirmou que qualquer outro processo apresentado poderá ter uma sentença diferente da dada ao caso da CEF. Os outros Ministros que receberem processos semelhantes poderão agir da mesma forma que o Ministro Thibau, mantendo a suspensão ou determinando o pagamento da URP, disse. (O Globo-12/05/88)

Docegeio deposita pagamento em juízo

A direção da Docegeio depositou um juízo o pagamento da URP de abril dos 82 funcionários que conseguiram liminar na oitava Junta de Conciliação e Julgamento, contra o congelamento do reajuste. A direção da empresa esclareceu que o pagamento foi feito em juízo porque a empresa ainda espera sustar

a liminar, pois entrou com novo mandado no TRT, desta vez alegando que o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Mineração e Derivados de Petróleo do Rio, autor da ação, não é representativo de seus empregados.

Justiça

Os funcionários da Justiça Federal de Brasília entraram com um mandado de segurança junto a própria Justiça Federal para obter o pagamento integral da URP de abril e maio. A ação dos funcionários da Justiça causou polêmica dentro do Tribunal Federal do Distrito Federal, onde os juizes não sabem se têm ou não competência para julgar uma ação proposta por funcionários do Tribunal. A questão será decidida pela Sub-procuradoria Geral da República, para onde o processo foi remetido para parecer.

Chesf

A Juíza Dione Furtado, da nona Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de Recife, concedeu, no dia 11, liminar garantindo o pagamento da URP dos meses de abril e maio aos 5.387 funcionários da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que têm dez dias para pagar ou oito dias para tentar derrubar a liminar. (O Globo-12/05/88)

TFR suspende liminares concedidas a servidores do Rio de Janeiro

O Tribunal Federal de Recursos (TRF) concedeu ontem liminares suspendendo quatro decisões da Justiça Federal do Rio de Janeiro que haviam garantido o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) a servidores públicos. As decisões da Justiça Federal do Rio beneficiavam os funcionários do Banco Central, do BNDES, da própria Justiça Federal e a 13 procuradores da República que haviam entrado com mandato de segurança para garantir o pagamento da URP. As liminares concedidas pe-

lo TFR ontem são decisões temporárias. O tribunal ainda não analisou o mérito das ações. O primeiro caso sobre a URP a ser julgado deverá ser o referente aos funcionários da Caixa Econômica Federal no Piauí. O ministro William Paterson pediu urgência na tramitação do processo, o que deverá implicar a sua apreciação pelo "pleninho" do TFR - sessão na qual participam 13 dos 27 ministros do tribunal - provavelmente na quarta-feira, dia 25.

Minas

Em Minas, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou que a Usiminas depositasse em juízo - em conta de poupança na CEF - o valor correspondente a URP de abril de 182 funcionários da administração em Belo Horizonte, que haviam obtido liminar. Segundo a decisão do TRT - deferida em resposta ao recurso da Usiminas -, a empresa deverá manter o depósito até que a ação impetrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem seja julgada. A Usiminas informou que fez o depósito na quinta-feira, mas não revelou o montante. No dia 16, 200 funcionários da Universidade Federal de Minas Gerais e 105 da Universidade Federal de Ouro Preto obtiveram liminar na Justiça Federal.

Maceió

Duas solicitações de liminar para o pagamento da URP congelada foram negadas e uma concedida segunda feira da semana passada em Maceió (AL). Feitas através de ação cautelar, as solicitações beneficiaram cerca de 2.500 bancários de Alagoas, que trabalham na CEF, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Meridional e Banco Crédito Cooperativo. A ação foi entregue na Justiça em duas instâncias pelo Sindicato dos Bancários de Alagoas: na Justiça Federal, para os funcionários da CEF, cuja a liminar foi negada pelo juiz da segunda; na Justiça do Trabalho, para os funcionários do Banco do Brasil e Meridional, também negada. A segunda Junta da Justiça do Trabalho concedeu a liminar para os funcionários do BNB e BNCC (cerca de 400 bancários). (FSP-17/05/88)

Florianópolis

A primeira Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Florianópolis (SC) determinou que a Eletrosul pague a URP de abril e maio a cerca de 1.300 funcionários associados ao Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, que impetrou a ação. A decisão da Justiça dá à empresa hoje, para processar uma folha suplementar de pagamento. Ação similar foi negada no dia 16 a cerca de 600 eletricistas da mesma empresa, filiados ao sindicato de Tubarão (140 km de Florianópolis).

Amazonas

O juiz Fernando Ribas Amazonas de Almeida, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, cassou no dia 16, em Curitiba, liminar concedida pela terceira Junta de Conciliação e Julgamento do TRT-PR em favor do Sindicato dos Bancários de Curitiba determinando o pagamento da URP de abril e maio pelo Banco Meridional.

Campinas

O Sindicato de Campinas deu entrada no dia 17 a uma ação de atentado junto à segunda Junta de Conciliação e Julgamento, solicitando o pagamento imediato da URP de abril aos petroleiros da refinaria de Paulínia (Replan). A segunda Junta concedeu uma liminar ao Sindicato no último dia 4, determinando URP de abril e maio, o que não foi cumprido até agora pela Petrobrás.

Padres do sul que querem disputar prefeituras preocupam bispos

Para aflição da cúpula episcopal gaúcha, três padres já anunciaram a intenção de se candidatar às prefeituras dos municípios onde têm suas paróquias. Evitando encrementar a polêmica fora dos círculos religiosos, os bispos economizam palavras, não proíbem tais candidaturas, mas discretamente desaconselham os religiosos a persistirem nas investidas eleitorais político-partidárias.

O padre Roque Grazziotin, pároco da igreja dos Santos Apóstolos, na periferia de Caxias do Sul a 120 km de Porto Alegre, está prestes a ser lançado por uma frente de esquerda composta pelo PT, PCB, PCdo B, PSB e PDT. Ele revela entretanto que só aceita a candidatura se for efetivada a coligação dos cinco partidos. "Só vou concorrer" diz, "dentro de um amplo acordo dos setores progressistas, que tenham verdadeiro respaldo das entidades populares. Não concordo numa única legenda".

Conselhos

O bispo de Caxias do Sul, D. Paulo Morretto, não desestimula frontalmente a campanha do religioso, mas enfatiza que "a igreja é muito clara quando diz que os religiosos não devem se envolver em política partidária". Ele já conversou várias vezes com o padre Roque Grazziotin, sem que tenham chegado a um consenso.

Situação semelhante vive o padre Dalni Bolzan, de Rosário do Sul, a 384 km de Porto Alegre, indicado candidato a prefeitura pelo PT. Embora disposto a subir ao palanque, ele não conta com apoio do bispo diocesano de Bagé, D. Laurindo Guizzardi.

Caso a oposição da igreja assuma proporções inegociáveis ele está disposto a licenciar-se da batina, ou, em último caso, deixar o sacerdócio.

Papa defende direitos humanos

O Papa João Paulo II pediu dia 16 ao general Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai, que promova uma política de direitos humanos e exortou governo e oposição a um diálogo nacional. "O respeito pelos direitos humanos não é questão de conveniência política, e sim de dignidade pessoal", disse o papa.

João Paulo II chegou às 13h30 locais (12h30 de Brasília) em Assunção, capital paraguaia, onde foi recebido por Stroessner, por um forte esquema de segurança e por uma chuva torrencial. É a quarta e última etapa da nona viagem do papa a América Latina, que inclui o Uruguai, a Bolívia e o Peru.

Depois da cerimônia de recepção, o papa seguiu até o campo militar de Nu Guazu, onde rezou a missa de canonização do

beato Roque Gonzales - o primeiro santo paraguaio - e dos jesuítas espanhóis Alonso Rodriguez e Juan de Castilho. Cerca de 200 mil pessoas enfrentaram a chuva, que alagou algumas regiões de Assunção, para assistir a missa. Depois de descansar, o papa se reuniu com Stroessner e empresários e dirigentes do governo do país.

No dia seguinte o papa se encontrou com os chamados "construtores da sociedade", expressão utilizada pela Igreja Católica para designar os representantes da sociedade civil, entre eles políticos, empresários e intelectuais. O governo do general Stroessner havia proibido a realização do encontro (algo que nunca aconteceu nas viagens pontificias), mas voltou atrás diante das pressões do Vaticano. (FSP-17/05/88)

Protesto reúne 2 mil em Pernambuco

Cerca de 2 mil trabalhadores rurais fizeram uma manifestação no município de Cabo, em protesto contra o desaparecimento do cortador de cana José Batista da Silva, ocorrido no dia 4 de abril último. Silva foi sequestrado por dois homens poucos dias antes de comparecer a uma audiência na Justiça do Trabalho, onde iria ingressar com uma ação contra o Engenho Arariba.

A mulher do cortador de cana, Neusa Santos da Silva, contou que os dois homens armados chegaram à sua casa em um carro de polícia e revistaram tudo à procura do seu marido. Em seguida, foram à Ceasa, onde Silva fazia um trabalho temporário. Desde então, ele nunca

mais foi visto. Com quatro filhos, Neusa perdeu a esperança de encontrar o marido vivo. "Querro ver se essa passeata serve ao menos para a gente encontrar o corpo dele", lastimou-se.

Com cartazes em que acusavam a polícia local pelo sequestro e pediam punição para os culpados, os trabalhadores aproveitaram também para lançar palavras de ordem como "Fora Sarney" e "Quem entende reforma agrária é o trabalhador". O movimento foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo e contou com representantes da Pastoral Rural da Igreja e da Ação Católica Operária. (JB-16/05/88)

Sarney cria fundo no Mirad para garantir assentamento de colonos

O Presidente José Sarney assinou decreto criando o Fundo Nacional de Reforma Agrária (Funmirad), que será utilizado para cobrir gastos com o assentamento de colonos. O Ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, previu que até dezembro deste ano o Fundo terá recursos da ordem Cz\$ 80 bilhões.

A criação do Fundo para custear a reforma agrária está prevista no Estatuto da Terra desde 1964, quando foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), já extinto. A criação do Fundo depois de 24 anos, na opinião de

Jáder Barbalho, "repara historicamente um débito com a sociedade".

Os recursos do Funmirad serão formados por dotações do Orçamento da União; do Financeiro (0,1 por cento); doções de entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas; recursos oriundos de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal; e empréstimos de instituições financeiras, nacionais e internacionais.

Cartazes denunciam Governador no Sul

Dez mil cartazes que acusam o governador Pedro Simon (PMDB) e 25 deputados estaduais do Rio Grande do Sul de "traidores dos colonos" começaram a ser distribuídos em todos os sindicatos rurais e paróquias do Estado. Os car-

tazes - assinados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento dos Sem Terra e pela Comissão Pastoral da Terra - são um protesto ao veto de Simon a um projeto na Assembleia Legislativa gaúcha. (FSP-13/05/88)

Trabalhadores rurais ocupam a séde do Mirad no Rio

Fracassou a passeata dos sem-terra de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo. A Polícia Militar bloqueou a passagem dos manifestantes nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes, após seis quilômetros de caminhada. Os manifestantes queriam cobrar do governador Orestes Quéricia a promessa feita no final do ano passado, quando se comprometeu a entregar até o final deste mês um total de 500 casas e cem lotes urbanizados àquele município. Quéricia se negou a receber os manifestantes e, através de assessores, informou apenas que nada pode fazer para resolver o problema.

A Polícia Militar se colocou em todas as esquinas tentando impedir a caminhada, mas não conseguiram. A passeata seguiu até as proximidades

do Palácio dos Bandeirantes, onde um cordão de isolamento, armado de cacetetes, esperava os sem-terra. O primeiro-tenente do Batalhão da Polícia Militar, afirmou ter recebido ordens de bloquear a passeata "a qualquer custo". De nada adiantou o relatório feito pelo vereador Luiz Felix, do PT, sobre a situação da moradia em Taboão da Serra.

O município tem sete mil pessoas morando em favelas, além das 8.637 famílias cadastradas, que pagam aluguel enquanto esperam as casas próprias. A situação ainda é mais crítica no Vale do Pirajussara, onde cerca de três mil pessoas acampadas em barracos de madeira e lona, em grandes áreas particulares. (O ESP-13/05/88)

Polícia impede marcha de sem-terra ao Palácio

Para marcar a passagem do Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, presidentes de vários sindicatos de todo o Estado, representantes da Comissão Pastoral da Terra, Famerj, CUT, Movimentos dos Sem-Terra e Mutirões do Estado do Rio, acompanhados de seus parentes ocuparam ontem o décimo sexto andar do Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), onde funciona a Regional do Rio, no Largo de São Francisco, número 34. Eles protestavam também contra a desativação da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários, cujo presidente é o vice-governador Francisco Amaral.

Mais de 300 pessoas acomodaram-se como podiam nos estreitos e acarpitados corredores.

Após a entrevista com a imprensa, o superintendente Regional, Agostinho Guerreiro, abriu a sala de reuniões, onde recebeu os presidentes e representantes de 17 entidades rurais. No abafado da sala, Agostinho ouviu basicamente denúncias e reivindicações em torno dos assentamentos que não chegam a se concretizar e a constante ameaça dos grileiros e de grandes

empresas. Eles denunciaram também que o plano do governo para 89 era de assentar no Estado 16 mil famílias e até agora apenas 600 foram assentadas. E afirmaram ainda que os processos param todos em Brasília. Osvaldo de Oliveira, secretário rural da CUT do Rio de Janeiro, disse que "grande parte dessas 600, no entanto, são as que estavam sobre as áreas". Não houve, em sua opinião, nenhuma ação firme de desapropriação. E tampouco há "condições, por parte do Mirad, de fazer os assentamentos, que requerem recursos para abertura de rua, escolas e construção de galpões para a estocagem".

Enquanto à mesa de Agostinho a roda era de homens tensos, na ante-sala mãos calejadas de crianças e mulheres (elas começam cedo no roçado) não cessavam de bater palmas, ao som de cantigas do campo. "Tá caindo flor/ tá caindo flor/ lá do céu, lá da terra/ tá caindo flor", cantavam elas, com os rostos marcados do sol-a-sol, sentadas no chão. As palmas eram para "manter o astral", conforme definiu Antônio Pereira dos Santos, 46. (JB-17/05/88)